



PARTE D

TRIBUNAL DE CONTAS

Direção-Geral

Aviso (extrato) n.º 67/2014

Pelo Despacho n.º 61/13-GP, de 20 de dezembro, do Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas — nos termos do artigo 74.º, n.º 1., al. m), da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, dos arts. 11.º e 12.º, do Decreto-Lei n.º 440/99, de 2 de novembro, do artigo 18.º do Regulamento aprovado pelo Despacho n.º 46/00-GP, de 27 de abril (com as alterações posteriormente introduzidas), e do artigo 10.º do Regulamento aprovado pelo Despacho n.º 56/00-GP, de 7 de junho, nomeados auditores-coordenadores, em comissão de serviço, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014 e até 31 de dezembro de 2016:

Consultora Eleonora Maria Reis Domingos Pereira Pais de Almeida, auditora-coordenadora do Departamento de Consultadoria e Planeamento;

Inspetora Ana Luísa Vaz Cardoso Nunes, auditora-coordenadora dos Departamentos de Controlo Prévio e de Controlo Concomitante;

Auditor Luís Filipe Vieira Simões, auditor-coordenador do Departamento de Auditoria II;

Consultora Maria Leonor Sardinha Corte-Real Amaral, auditora-coordenadora do Departamento de Auditoria III;

Auditora Maria da Conceição dos Santos Vaz Antunes, auditora-coordenadora do Departamento de Auditoria IV;

Auditora Maria da Luz Carmezim Pedroso de Faria, auditora-coordenadora do Departamento de Auditoria V;

Auditor José António Palma e Santos Alves Carpinteiro, auditor-coordenador do Departamento de Auditoria VI;

Consultora Helena Teresa Pereira da Cruz Fernandes, auditora-coordenadora do Departamento de Auditoria VII;

Auditora Ana Maria Fernandes de Sousa Bento, auditora-coordenadora do Departamento de Auditoria VIII;

Auditor João José Branco Cordeiro de Medeiros, auditor-coordenador do Departamento de Apoio Técnico do Serviço de Apoio da Secção Regional dos Açores;

Auditor Alberto Miguel Faria Pestana, auditor-coordenador do Departamento de Apoio Técnico do Serviço de Apoio da Secção Regional da Madeira.

Nos termos do citado Despacho, os Auditores-Coordenadores atualmente em funções Maria Gabriela Batista Ramos e António Manuel Barata da Costa e Silva, colocados respetivamente, no Departamento de Auditoria IX e no Departamento de Verificação Interna de Contas, requereram a sua passagem à aposentação, pelo que continuam no exercício dos seus cargos até à data da sua efetiva aposentação.

Junta-se notas curriculares dos nomeados.

20 de dezembro de 2013. — O Diretor-Geral, *José F. F. Tavares*.

Nota curricular de Eleonora Maria Reis Domingos Pereira Pais de Almeida

1 — Licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa, em 1976.

2 — Funcionária da Direção-Geral de Organização Administrativa, entre 1980 e 1986, desenvolveu atividades na área do planeamento e orçamentação.

3 — Funcionária da Direção-Geral do Tribunal de Contas, desde 1986, exercendo funções técnicas na área do controlo sucessivo e na área de consultadoria e planeamento.

4 — Assessora principal do quadro de pessoal da Direção-Geral do Tribunal de Contas, desde 1995 até janeiro de 2000, data em que transitou, como consultora, para o corpo especial de fiscalização e controlo desta Direção-Geral.

5 — Chefe de Divisão, no Gabinete de Estudos, da Direção-Geral do Tribunal de Contas, desde outubro de 1995 a dezembro de 2000.

6 — Auditora-Chefe, no Departamento de Consultadoria e Planeamento, da Direção-Geral do Tribunal de Contas, desde dezembro de 2000 a março de 2005.

7 — Auditora-Coordenadora do Departamento de Consultadoria e Planeamento de março de 2005 a dezembro de 2013.

8 — Auditora das Contas da EUROSAI, em representação do Tribunal de Contas, relativas aos exercícios de 1993 e 1994.

9 — Consultora e agente de ligação da Auditoria Geral da Suécia, no âmbito do projeto de capacitação institucional do Tribunal Administrativo de Moçambique de 2000 a 2007.

10 — Coautora do Plano Estratégico de Desenvolvimento Institucional 2007-2010, do Tribunal de Contas de Cabo Verde.

11 — Auditora das Contas da União da Europa Ocidental (Assembleia Geral e Secretariado Geral) para os exercícios de 2007 a 2009.

12 — Representante do Tribunal de Contas no Grupo de Trabalho da EUROSAI para preparação do Plano Estratégico 2011-2017 desta Organização.

13 — Formadora nas áreas de planeamento e gestão.

Nota curricular de Ana Luísa Vaz Cardoso Nunes

1 — Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (licenciatura concluída em 1987).

2 — Exerceu funções, nos anos de 1988 e 1989, no departamento de contencioso de uma Sociedade Anónima, tendo, no mesmo período, colaborado diretamente numa revista especializada em matérias jurídicas.

3 — Exerceu funções docentes, de 1993 a 2000, no Centro de Estudos de Contabilidade para Técnicos de Contas, lecionando e coordenando a disciplina de Direito Comercial.

4 — No âmbito da Administração Pública, iniciou funções na Inspeção-Geral de Finanças em 1990, integrada no quadro do Serviço Jurídico.

5 — Diretora do Departamento de Assuntos Jurídicos do Ministério da Defesa Nacional (DeJur), em 1997 e 1998.

6 — Adjunta do Ministro da Justiça entre 1999 e 2001.

7 — Vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial da Justiça (IGFPJ).

8 — Auditora-Coordenadora da Direção-Geral do Tribunal de Contas desde janeiro de 2008.

9 — Membro de grupos de trabalho constituídos no âmbito do Ministério das Finanças, tendentes à elaboração de propostas legislativas de alteração da legislação sobre realização de despesas e contratação pública e transposição das correspondentes Diretivas Comunitárias.

10 — Monitora de ações de formação na área da contratação pública.

Nota curricular de Luís Filipe Vieira Simões

1 — Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa.

2 — Auditor-Coordenador do Departamento de Auditoria II, desde abril de 2009.

3 — Auditor do Corpo Especial de Fiscalização e Controlo da Direção-Geral do Tribunal de Contas, desde 1999.

4 — Auditor-Chefe do Departamento de Auditoria II, de 2000 até 2010.

5 — Coordenador-Adjunto do Setor de Auditoria II, de 1999 até 2000.

6 — Técnico Superior da Direção-Geral do Tribunal de Contas, desde 1990.

7 — Formador no âmbito do Parecer sobre a Conta Geral do Estado e nas áreas de fiscalização e controlo relativas a Receita, Património e Tesouraria do Estado.

8 — Responsável pela reformulação e formador das instruções para organização e documentação das contas de responsabilidade dos Tesoureiros da Fazenda Pública.

Nota curricular de Maria Leonor Sardinha Corte Real Amaral

1 — Licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia, em 1982, com média final de 15 valores.

2 — Consultora do quadro de pessoal da Direção-Geral do Tribunal de Contas e, desde junho de 2000, Auditora Coordenadora, em comissão de serviço.

3 — Funcionária da Direção-Geral do Tribunal de Contas desde fevereiro de 1981, tendo exercido funções como técnica, até 1985, como técnica superior, no Gabinete de Estudos, entre 1985 e 1989, e funções dirigentes na área da fiscalização sucessiva, desde outubro de 1989. Exerce, desde janeiro de 1999, funções de coordenação a nível de Departamento de Auditoria.

4 — Coordenadora da equipa técnica incumbida da coordenação dos Pareceres sobre a Conta Geral do Estado de 2007 e de 2008.

5 — Suspendeu a sua comissão de serviço entre novembro de 1997 e dezembro de 1998 para exercer funções de assessoria no Gabinete do Ministro da Ciência e da Tecnologia.

6 — Monitora de vários cursos de formação em áreas relacionadas com finanças públicas, auditoria e domínios de controlo do Tribunal de Contas.

7 — Consultora das Nações Unidas na área de formação em verificação de contas, tendo exercido essa atividade em Cabo Verde, em 1989.

8 — Consultora do Tribunal Administrativo de Moçambique, no âmbito do projeto de cooperação gerido pela Autoridade Nacional Sueca de Auditoria do Estado, entre 2000 e 2006.

9 — Consultora do Tribunal de Contas de Cabo Verde, em 2006, no âmbito da elaboração do Parecer sobre a Conta Geral do Estado.

Nota curricular de Maria da Conceição dos Santos Vaz Antunes

1 — Licenciada em Economia, em 1980, pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa.

2 — Auditora-Coordenadora da Direção-Geral do Tribunal de Contas desde junho de 2000.

3 — Contadora-Chefe da Direção-Geral do Tribunal de Contas de março de 1985 a junho de 2000, exercendo as funções de coordenadora de um setor de auditoria de dezembro de 1999 a junho de 2000.

4 — Auditora do corpo especial de fiscalização e controlo do quadro de pessoal da Direção-Geral do Tribunal de Contas desde dezembro de 1999 e Assessora até essa data.

5 — Funcionária da Direção-Geral do Tribunal de Contas desde 1980, exercendo funções técnicas na área da fiscalização sucessiva até 1985.

6 — Monitora de ações de formação nas áreas de fiscalização sucessiva e de prestação de contas.

7 — Membro da delegação portuguesa à reunião anual do International Board of Auditors da NATO com as Instituições Supremas de Controlo Financeiro dos países da NATO.

8 — Membro da delegação portuguesa à F-16 Conference com as Instituições Supremas de Controlo Financeiro dos países que participam no F-16 MNFP — Multinational Fighter Program.

Nota curricular de Maria da Luz Carmezim Pedroso de Faria

1 — Licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa.

2 — Auditora do quadro de pessoal da Direção-Geral do Tribunal de Contas.

3 — Técnica do quadro de pessoal do Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Justiça entre 1983 e 1986.

4 — Técnica superior da Direção-Geral do Tribunal de Contas desde 1987, exercendo funções na área da Administração Local (1987-1996) e na área do PIDDAC e Fundos Comunitários (1999-2000).

5 — Chefe de Divisão de Finanças Locais na extinta Direção-Geral de Administração Autárquica, atual Direção-Geral das Autarquias Locais, nomeada em comissão de serviço (1996-1998).

6 — Adjunta do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, nomeada em comissão de serviço (1998-1999).

7 — Auditora Chefe do Departamento de Controlo Prévio UAT — I e do Departamento de Controlo Concomitante UAT — II (2000-2002).

8 — Auditora Coordenadora do Departamento de Verificação Interna de Contas (2003-2004). Auditora Coordenadora do Departamento de Auditoria V, por despacho do Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas, desde 22 de dezembro de 2004 até à presente data.

9 — Membro do grupo de trabalho encarregue de proceder à elaboração dos anteprojetos de manuais de procedimentos no âmbito de fiscalização prévia e concomitante da 1.ª Secção.

10 — Representante do Tribunal de Contas na Comissão de Normalização Contabilística de Administração Pública (CNCAP) e no Conselho Geral da Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

11 — Auditora externa, em representação do Tribunal de Contas, às contas de 2004 a 2006, das organizações científicas europeias EMBC — European Molecular Biology Conference e EMBL — European Molecular Biology Laboratory.

12 — Designada para coadjuvar a delegação portuguesa da equipa internacional de auditores de Instituições Superiores de Controlo que realizou, em 2008, a primeira Peer Review ao Tribunal de Contas Europeu.

13 — Auditora externa, em representação do Tribunal de Contas, às contas de 2009 a 2011 do ESO — European Organisation for Astronomical Research in the Southern Hemisphere.

14 — Monitora de ações de formação nas áreas de fiscalização prévia, concomitante e sucessiva do Tribunal de Contas, da gestão autárquica, do controlo orçamental e prestação de contas, da auditoria dos Serviços Públicos, da auditoria financeira, bem como no âmbito do Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP) e respetivos planos setoriais.

Nota Curricular de José António Palma e Santos Alves Carpinteiro

1 — Licenciado em Direito pela Universidade Internacional (1990); Pós-Graduado em Estudos Comunitários pela Universidade Católica Portuguesa (1992) e em Gestão e Fiscalidade pelo Instituto de Estudos Superiores Financeiros e Fiscais (1994); Mestre em políticas públicas pelo Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa (2009).

2 — Exerceu funções docentes no Instituto de Estudos Superiores de Contabilidade (1993-2000), no Instituto Superior de Novas Profissões (1994-2007) e no Instituto Sócrates para a Formação Contínua da Universidade Autónoma de Lisboa (2001-2002), no âmbito da pós-graduação em gestão e controlo de dinheiros públicos. Formador certificado pelo IIEFP foi monitor de ações nas áreas de auditoria e controlo interno.

3 — Iniciou funções públicas em 1991, na Inspeção-Geral de Finanças, no quadro da Inspeção dos Serviços Tributários. Também exerceu funções no Gabinete de Estudos daquela Inspeção-Geral em 1995.

4 — Em 1996, foi requisitado pela Direção-Geral do Tribunal de Contas, tendo transitado para o quadro do Corpo Especial desta, com a categoria de Técnico-Verificador Superior Principal, em 1999. Em 2002, na sequência de concurso público, foi provido Auditor do Corpo Especial de Fiscalização e Controlo da Direção-Geral do Tribunal de Contas.

5 — De 1997 a 2001 exerceu funções na área de controlo ao Setor Empresarial do Estado, onde coordenou e executou auditorias a projetos de investimentos e grupos empresariais do Estado.

6 — Em 2002, foi nomeado, em comissão de serviço, Auditor-Chefe do Departamento de Auditoria IX. De Janeiro de 2005 a Dezembro de 2010 exerceu funções, em comissão de serviço, como Auditor-Chefe, no Departamento de Auditoria VI.

7 — Auditor Coordenador do Departamento de Auditoria VI, desde 1 de janeiro de 2011.

Nota curricular de Helena Teresa Ferreira da Cruz Fernandes

1 — Em 1989 concluiu a licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e, em 1992, um curso de pós-graduação em Estudos Europeus (vertente jurídica) pelo Instituto Europeu da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

2 — Exerceu, nos anos de 1991 e 1992, a advocacia, nas áreas do Direito Administrativo e do Direito do Trabalho (1991-1992). No mesmo período exerceu ainda funções de apoio jurídico junto do Gabinete do Ministro do Comércio e Turismo.

3 — Ingressou na DGTC em outubro de 1992, tendo exercido funções no Núcleo Técnico de Contas — B até Maio de 1993. Em junho de 1993 iniciou o exercício de funções na Direção de Serviços de Relações e Condições de Trabalho do Departamento de Estudos e Planeamento do Ministério do Emprego e da Segurança Social, tendo aí permanecido até 1996.

4 — Em 1996 regressou à Direção-Geral do Tribunal de Contas, tendo prosseguido a sua atividade, inicialmente, no Núcleo Técnico de Contas e, posteriormente, no Departamento de Auditoria III — PIDDAC e Fundos Comunitários e no Departamento de Auditoria VI — Finanças e Saúde.

5 — Entre maio de 2003 e dezembro de 2005 ocupou, em comissão de serviço, o cargo de Auditora-Chefe do Departamento de Controlo Concomitante.

6 — Entre dezembro de 2005 e dezembro de 2008 exerceu, em comissão de serviço, enquanto Auditora-Chefe, as funções inerentes à fiscalização prévia de contratos de empreitadas de obras públicas na Unidade de Apoio Técnico I do Departamento de Controlo Prévio e Concomitante.

7 — Desde janeiro de 2009, exerce o cargo de Auditora-Coordenadora do Departamento de Auditoria VII.

Nota Curricular de Ana Maria Fernandes de Sousa Bento

1 — Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

2 — Auditora-Coordenadora do Departamento de Auditoria VIII desde 2008.

3 — Auditora-Coordenadora do Departamento de Auditoria VI entre 2000 e 2008.

4 — Auditora do corpo especial de fiscalização e controlo do Tribunal de Contas.

5 — Auditora-Chefe e Auditora-Coordenadora, em regime de substituição, do Departamento de Fiscalização Prévia e Concomitante, entre 15 de junho e 8 de novembro de 2000.

6 — Contadora-Geral, em regime de substituição, de 3 de novembro de 1998 a 15 de junho de 2000, exercendo funções nas áreas de fiscalização prévia e concomitante.

7 — Contadora-Chefe da Direção-Geral do Tribunal de Contas de 10 de abril de 1995 a 2 de novembro de 1998, exercendo funções na área de fiscalização prévia.

8 — Técnica superior da Direção-Geral do Tribunal de Contas desde 1986, exercendo funções técnicas no Gabinete de Estudos (1986-1993) e no Serviço de Gestão de Pessoal (1993-1995).

9 — Funcionária da Direção-Geral do Tesouro de 1977 a 1986, tendo ingressado na carreira técnica superior em 1980.

10 — Membro da Comissão da Dívida Pública da INTOSAI, entre 1992 e 2001.

11 — Membro do Conselho Administrativo do Tribunal de Contas.

12 — Monitora de ações de formação nas áreas de fiscalização prévia, concomitante e sucessiva.

13 — Integrou a equipa internacional que realizou a peer review ao Tribunal de Contas Europeu em 2008.

Nota curricular de Maria Gabriela Baptista Ramos

1 — Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia, de Lisboa, em 1977.

2 — Desde 1997 e, em 2000 e 2001, nomeada Auditora Coordenadora do Departamento de Auditoria IX, que tem a seu cargo a área de controlo do Setor Público Empresarial.

3 — Auditor do quadro de pessoal da Direção-Geral do Tribunal de Contas

4 — Desde outubro de 1987, exerce funções na Direção-Geral do Tribunal de Contas nos serviços de fiscalização sucessiva, tendo rea-

lizado auditorias financeiras e de gestão no domínio dos organismos e serviços do Ministério da Saúde, auditorias a programas e projetos incluídos no PIDDAC (Ministérios da Saúde e da Segurança Social), a uma ação cofinanciada pelo FSE. Coordenação da auditoria de gestão ao Serviço Nacional de Saúde (1.ª fase — 1997) e co-elaboração do respetivo relatório final (2.ª fase — 1999), em resposta a solicitação, por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Saúde, ao Tribunal de Contas. Realização da auditoria temática no âmbito do Setor Empresarial do Estado “Situação Financeira do SEE e Práticas de Bom Governo”.

5 — De 1986 a 1987 exerceu funções no âmbito do aprovisionamento na Direção de Serviços de Administração Financeira e do Material da Direção-Geral das Contribuições e Impostos.

6 — Desempenhou funções no domínio da contabilidade analítica em estabelecimento fabril das Forças Armadas desde 1973, tendo sido nomeada responsável, entre 1981 e 1986, pela área da contabilidade geral.

7 — Membro do conselho geral da comissão de normalização contabilística e, entre 1999 e 2000, do conselho geral de normalização contabilística da Administração Pública.

8 — Coautor na obra “Subsídios para a Modernização da Auditoria Pública em Portugal”, UAL, 2002.

Nota curricular de António Manuel Barata da Costa e Silva

1 — Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia — Universidade Técnica de Lisboa, 1989 e Pós-Graduação em “Gestão e Controlo de Dinheiros Públicos — UAL, 2002.

2 — Auditor do corpo especial de fiscalização e controlo do quadro de pessoal da Direção-Geral do Tribunal de Contas, desde 1 de dezembro de 1999.

3 — Funcionário da Direção-Geral do Tribunal de Contas desde agosto de 1982, exercendo funções técnicas na área de controlo sucessivo até 1997.

4 — Contador-Chefe da Direção-Geral do Tribunal de Contas entre 8 de janeiro de 1998 e 14 de junho de 2000.

5 — Auditor-Coordenador do Departamento de Auditoria VIII — Área Autárquica, em comissão de serviço, no período de 15 de junho de 2000 a 31/12/2004.

6 — Auditor-Coordenador do Departamento de Verificação Interna de Contas, em comissão de serviço, no período de 1 de janeiro de 2005 a 31/12/2007 e de 01/01/2008 até à data.

7 — Membro do Grupo de Trabalho que elaborou as Instruções n.º 1/92 — Instruções para a organização e documentação das contas dos organismos e serviços com contabilidade autárquica e do Grupo de Trabalho que elaborou as Instruções n.º 1/94 — Instruções para a organização e documentação das contas dos Serviços Municipalizados e Federações de Municípios.

8 — Membro do Grupo de Trabalho que elaborou as Instruções n.º 1/2001 — Instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas, abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (PO-CAL).

9 — Membro do Grupo de Trabalho que elaborou as Instruções n.º 1/2010 — Instruções para a organização e documentação das contas dos serviços externos do MNE.

10 — Membro do Grupo de Trabalho que elaborou a aplicação informática para prestação de contas por via eletrónica.

11 — Membro do grupo de trabalho encarregue da apresentação de proposta de revisão do Regime Jurídico dos Emolumentos do Tribunal de Contas.

12 — Coautor do Manual de Auditoria e Procedimentos do Tribunal de Contas (vol. 1.º), aprovado em Plenário da 2.ª Secção, de 28/01/99 e Membro do Grupo de Trabalho que elaborou o projeto do Manual de Auditoria e de Procedimentos do Tribunal de Contas (vol. 2.º).

13 — Representante da DGTC no Grupo de Trabalho para Reforma da Contabilidade Autárquica.

14 — Representante da DGTC no Instituto Português de Auditoria Interna e na Comissão de Normalização Contabilística da Administração Pública.

15 — Representante da DGTC em ações de formação e participação em seminários em ISC de países de expressão oficial portuguesa e da União Europeia.

16 — Detentor do curso de “Formação Pedagógica de Formadores” e monitor de ações de formação na Direção-Geral do Tribunal de Contas e nas Secções Regionais dos Açores e da Madeira do Tribunal de Contas, no Instituto Nacional de Administração, no Instituto de Gestão e Administração Pública — IGAP, e em diversos serviços da Administração Pública, nas áreas da fiscalização sucessiva, contabilidade, auditoria, prestação de contas e controlo interno.

Nota curricular de João José Branco Cordeiro de Medeiros

1 — Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa, em 1986.

2 — Auditor-Chefe da UAT I (controlo prévio e concomitante, bem como controlo sucessivo — autarquias locais e setor empresarial local) da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, na vigência dos Planos Trienais 2011/2013, 2008/2010, 2005/2007 e 2002/2004.

3 — Auditor-Chefe da UAT I (controlo prévio e concomitante) da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, em regime de substituição, de 17 de julho de 2000 a 31 de dezembro de 2001.

4 — Auditor do corpo especial de fiscalização e controlo do quadro de pessoal do Tribunal de Contas (Secção Regional dos Açores).

5 — Técnico Superior do quadro de pessoal da Secretaria Regional da Economia do Governo Regional dos Açores, de 5 de fevereiro de 1987 até dezembro de 1999.

6 — Adjunto do Subsecretário Regional da Comunicação Social, de 1 de dezembro de 1988 a 17 de abril de 1989.

7 — Secretário-Geral da Empresa de Eletricidade dos Açores, E. P., de 18 de abril de 1989 a 26 de novembro de 1990.

8 — Chefe do Gabinete do Secretário Regional da Economia (de 27 de novembro de 1990 a 28 de outubro de 1992).

9 — Chefe do Gabinete do Secretário Regional da Juventude e Recursos Humanos (de 29 de outubro de 1992 a 15 de janeiro de 1993) e Chefe de Gabinete do Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (de 16 de janeiro de 1993 a 9 de novembro de 1996).

Nota Curricular de Alberto Miguel Faria Pestana

1 — Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

2 — Ingressou na Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, em fevereiro de 1992, como Técnico Superior.

3 — Entre dezembro de 1995 e novembro de 1997, integrou a assessoria do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna e, a partir de então e até maio de 2000, exerceu as funções de adjunto do Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação.

4 — Exerceu, em comissão de serviço, entre julho de 2000 e dezembro de 2001, as funções de Auditor-Chefe da Unidade de Apoio Técnico (UAT) III do Serviço de Apoio da Secção Regional da Madeira. Seguidamente, e até novembro de 2003, exerceu funções, em regime de requisição, no Departamento de Auditoria IV.1 da Direção-Geral do Tribunal de Contas.

5 — Entre janeiro de 2004 e janeiro de 2009, desempenhou, em comissão de serviço, as funções de Auditor-Chefe da UAT III do Serviço de Apoio da Secção Regional da Madeira.

6 — Detém a categoria de Auditor e exerce, em comissão de serviço, desde janeiro de 2009, as funções de Auditor-Coordenador.

207488195

Despacho (extrato) n.º 74/2014

Por Despacho de 17 de dezembro de 2013, do Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas, foi concedida à licenciada Fernanda Cabrito Nunes, técnica superior do mapa de pessoal desta Direção-Geral, a renovação da licença especial para o exercício de funções transitórias na Região Administrativa Especial de Macau, pelo período de 2 anos, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 89-G/98, de 13 de abril, com efeitos a partir de 1 de novembro de 2013.

19 de dezembro de 2013. — A Subdiretora-Geral, *Márcia Vala*.

207487758

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Deliberação (extrato) n.º 3/2014

Por deliberação do Plenário Ordinário do Conselho Superior da Magistratura, de 03 de dezembro de 2013, foi a Dra. Ana Maria Pereira de Moura Resende, Juíza Desembargador no Tribunal da Relação de Lisboa, nomeada Inspectora Judicial, em comissão de serviço ordinária, de natureza judicial, por um período de três anos, nos termos dos artigos 53.º, 54.º, n.º 1, 2 e 3, 55.º, 56.º, n.º 1, alínea a) e 57.º, n.º 1 do EMJ.

18 de dezembro de 2013. — O Juiz-Secretário, *Joel Timóteo Ramos Pereira*.

207484833

Deliberação (extrato) n.º 4/2014

Por deliberação do Plenário Ordinário do Conselho Superior da Magistratura, de 03 de dezembro de 2013, foi o Dr. Paulo Jorge Tavares Fernandes da Silva, Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Guimarães, nomeado Inspetor Judicial, em comissão de serviço ordinária, de natureza judicial, por um período de três anos, nos termos dos artigos 53.º, 54.º, n.º 1, 2 e 3, 55.º, 56.º, n.º 1, alínea a) e 57.º, n.º 1 do EMJ.

18 de dezembro de 2013. — O Juiz-Secretário, *Joel Timóteo Ramos Pereira*.

207484793

CONSELHO SUPERIOR DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS

Deliberação (extrato) n.º 5/2014

Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, de 10 de dezembro de 2013:

Dr.ª Ana Celeste Catarrilhas da Silva Evans de Carvalho, Juíza de direito, destacada como Juíza auxiliar na Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Sul — nomeada Juíza desembargadora da Secção de Contencioso Administrativo do Tribunal Central Administrativo Sul.

Os efeitos deste provimento estão condicionados à obtenção do cabimento de verba por parte da respetiva entidade processadora de vencimentos.

Prazo para a posse: 5 dias.

13 de dezembro de 2013. — O Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, *António Francisco de Almeida Calhau*.

207484663

Deliberação (extrato) n.º 6/2014

Por deliberação do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, de 10 de dezembro de 2013:

Dr.ª Fernanda de Fátima Esteves, Juíza de direito, destacada como Juíza auxiliar na Secção de Contencioso Tributário do Tribunal Central Administrativo Norte — nomeada Juíza desembargadora da Secção de Contencioso Tributário do Tribunal Central Administrativo Norte.

Dr.ª Catarina Alexandra Amaral Azevedo de Almeida e Sousa, Juíza de direito, destacada como Juíza auxiliar na Secção de Contencioso Tributário do Tribunal Central Administrativo Norte — nomeada Juíza desembargadora da Secção de Contencioso Tributário do Tribunal Central Administrativo Sul.

Os efeitos deste provimento estão condicionados à obtenção do cabimento de verba por parte da respetiva entidade processadora de vencimentos.

Prazo para a posse: 5 dias.

13 de dezembro de 2013. — O Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, *António Francisco de Almeida Calhau*.

207484744